



## Passos abre ano político com guerra ao Constitucional

**Primeiro-ministro insiste na redução da "factura salarial" e pede "bom senso" aos juízes.**

**Inês David Bastos**

ines.bastos@economico.pt

Foi em directo confronto com o Tribunal Constitucional (TC) que Passos Coelho abriu ontem o ano político, num discurso onde abundaram os recados aos 13 juízes do Palácio Ratton: tenham "bom senso", "é impossível não mexer" no Estado e cristalizar direitos adquiridos (como o salário) é um "absurdo" foram alguns dos recados deixados. Passos deixou clara a ideia de que a "interpretação" que os juízes fazem da Lei Fundamental é que está a dificultar o cumprimento do programa e insistiu que val mexer na "factura salarial" do Estado.

Esta não é a primeira vez que Passos ataca o TC, o que tem sido muito criticado pela oposição, mas ontem endureceu o tom. O PS reagiu de imediato, com Basílio Horta a acusar o primeiro-ministro de criticar "asperamente quem se limita a cumprir a Constituição". Já no dia anterior, o líder socialista, António José Seguro, tinha acusado Passos de usar o TC como "bode expiatório" do fracasso do Executivo.

Encerrando a Universidade de Verão do PSD, em Castelo de Vide, que marcou a 'rentrée' do partido, o primeiro-ministro focou a sua intervenção de quase uma hora em dois pontos essenciais: no chumbo do TC ao diploma da requalificação e na inevitabilidade da reforma do Estado para que Portugal consiga cumprir o programa de assistência. Ao mesmo tempo que falava para os juízes, Passos ensaiava já publicamente a defesa junto da 'troika', assumindo que agora terá mais "dificuldades" em defender a reforma

**Passos Coelho alega que o obstáculo à reforma do Estado é a interpretação dos juízes e não a Constituição.**

junto dos credores. A responsabilização do PS pela herança deixada foi também uma tónica da sua intervenção.

Três dias depois de ter sido alvo de um terceiro chumbo do TC, Passos dramatizou as consequências de não se fazer a reforma do Estado (desta vez não ameaçou com segundo resgate, como fez sexta-feira), frisou que a Constituição não impede esta reforma e deixou claro que não vai sair deste caminho, isto é, que vai insistir no corte da despesa do Estado porque "o ajustamento privado está feito". O primeiro-ministro disse mesmo que nenhum acórdão do TC encontrou "na Constituição um óbice" às medidas apresentadas pelo Governo e que o "obstáculo" está na "interpretação" que os mesmos juízes estão a fazer da Lei Fundamental.

"Não é preciso rever a Constituição para cumprir o programa de ajustamento e para implementar estas medidas, é preciso é bom senso", avisou Passos, minutos depois de ter dito que não quer "andar em conflito" com o TC. Por isso, e já antevendo outros futuros chumbos com base no princípio da confiança, Passos pediu: "Deixem aplicar ao público as mesmas regras do privado". O primeiro-ministro insurgiu-se contra a "cristalização" dos direitos adquiridos do Estado e rematou: "Não acredito que se possa persistir neste absurdo". Uma crítica e 'advertência' que já terá no horizonte o diploma da convergência de regime de pensões (que prevê um corte) e que também deverá ser apreciado pelos juízes do Palácio Ratton e a alternativa ao chumbo da requalificação. Passos revelou que "muito rapidamente" vai apresentar esta alternativa (ver texto ao lado) mas avisou desde logo que "a solução não será tão boa" e terá "um preço mais elevado".

Um dia antes, tinha sido o vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, a dar o arranque do ano político do CDS. Mais brando para o TC, o governante que terá de apresentar a reforma do Estado e negociar com a 'Troika' disse, apenas, que o Governo vai "encontrar uma solução" que terá "uma leitura constitucional adequada". ■